O Jornal Económico

ESPECIAL

Soluções de Poupanca & Reforma

2023: UM ANO INCERTO, MAS QUE TRAZ OPORTUNIDADES

Após as perdas sofridas em 2022, o novo ano traz incerteza mas também oportunidades. Leia a análise do Jornal Económico sobre a evolução e as perspetivas para o mercado dos Planos Poupança e Reforma (PPR).

PRODUTOS DE POUPANÇA

Incerteza abala, mas PPR ainda são aposta para a reforma ■ P2

JE TALKS

Mário Carvalho Fernandes
CIO do Banco Carregosa

Os certificados de aforro estão a atingir o seu limite máximo" ■ P4

PEPP

"PPR europeu" vai estimular poupança e permitir retornos mais atrativos ■ P5

FÓRUM

Especialistas e líderes do sector antecipam a evolução do mercado em 2023 ■ P6

EDITORIAL

Incentivar a poupança é do interesse de todos

Filipe Alves
Diretor

As seguradoras e gestoras de Planos de Poupança Reforma (PPR) têm-se manifestado contra a possibilidade de fazer o resgate antecipado destes produtos sem penalização, que foi autorizado pelo Governo no âmbito das medidas de apoio às famílias. Tal como afirmou o CEO da Ageas, Steven Braekeveldt, numa entrevista recente ao Jornal Económico, esta decisão do Executivo foi um "desastre", pois o Governo, "em vez de educar as pessoas a poupar para a reforma, está a dizer para usarem o dinheiro que seria para a reforma para solucionar um problema agora".

Evidentemente, as seguradoras e gestores de fundos são parte interessada na discussão e têm muito a ganhar com um aumento da poupança dos portugueses. Porém, ao contrário do que sucede noutros casos, em Portugal, este interesse é claro e evidente para todos. Mais transparente era impossível. E não pode servir para desvalorizar a necessidade de investir na literacia financeira e no incentivo de hábitos de poupança. O Estado pode e deve desempenhar um papel fundamental nesta área, com incentivos fiscais e não só.

Porém, seria redutor passar essa responsabilidade apenas para o Estado. Os privados, que, como referi, têm interesses em jogo nesta temática, podem ser tão ou mais decisivos no que toca ao estímulo da poupança, com produtos de aforro competitivos e bem remunerados. Os bancos, em particular, podiam fazer muito mais do que aquilo que têm feito, remunerando os depósitos a prazo com taxas de juro mais elevadas. Numa altura em que os portugueses já pagam taxas mais altas nos créditos, os depósitos continuam a ser remunerados com taxas irrisórias. Até quando? ■

PRODUTOS DE POUPANÇA

Incerteza abala, mas ainda são aposta para

A queda dos mercados financeiros no ano passado, perante a guerra na Ucrânia, escalada dos preços e subida dos juros, teve impacto na rentabilidade dos Planos Poupança Reforma (PPR).

RITA ATALAIA
ratalaia@medianove.com

O ano de 2022 foi de instabilidade nos mercados financeiros. E não foram apenas as ações que sofreram quedas acentuadas. Perante a subida das taxas de juro, as obrigações foram outro dos ativos penalizados. Um desempenho que acabou por ter impacto na rentabilidade dos Planos Poupança Reforma (PPR), tanto sob a forma de fundos, registando um retorno negativo, como de seguros. Apesar disso, garantem os especialistas, este produto continua a ser atrativo para os portugueses que querem poupar para a reforma.

"Os fundos [PPR] investem em ações e em obrigações. Foi um ano bastante atípico porque a maior parte dos mercados de ações caiu, consequência da guerra, da subida dos preços. Mas o mercado de obrigações [no qual investem os seguros PPR] também caiu porque as taxas começaram a subir e as obrigações foram muito afetadas. Normalmente, isso não acontece. Quando um valoriza, o outro valoriza", afirma António Ribeiro, especialista em assuntos financeiros da Deco Proteste, ao Jornal Económico (JE).

Foi um ano difícil para as bolsas mundiais. A guerra na Ucrânia veio intensificar a inflação, o que obrigou os bancos centrais a agir para tentar controlar os preços. E isso aconteceu tanto nos EUA como na Europa. A política monetária de taxas baixas ou mesmo negativas deu lugar a uma escalada dos juros, abrindo a porta aos receios de uma recessão económica. Esta incerteza acabou por atirar os mercados acionistas para perdas de dois dígitos.

Enquanto o Stoxx 600, o índice que agrega as 600 maiores cotadas europeias, perdeu mais de 12%, o norte-americano S&P 500 aproximou-se de uma queda de quase 20%. Isto traduziu-se no pior ano desde 2008 para o índice de referência dos EUA, depois de três anos de ganhos, sucumbindo à normalização da política monetária pela Reserva Federal dos EUA, que subiu as taxas de juro por sete vezes no ano passado.

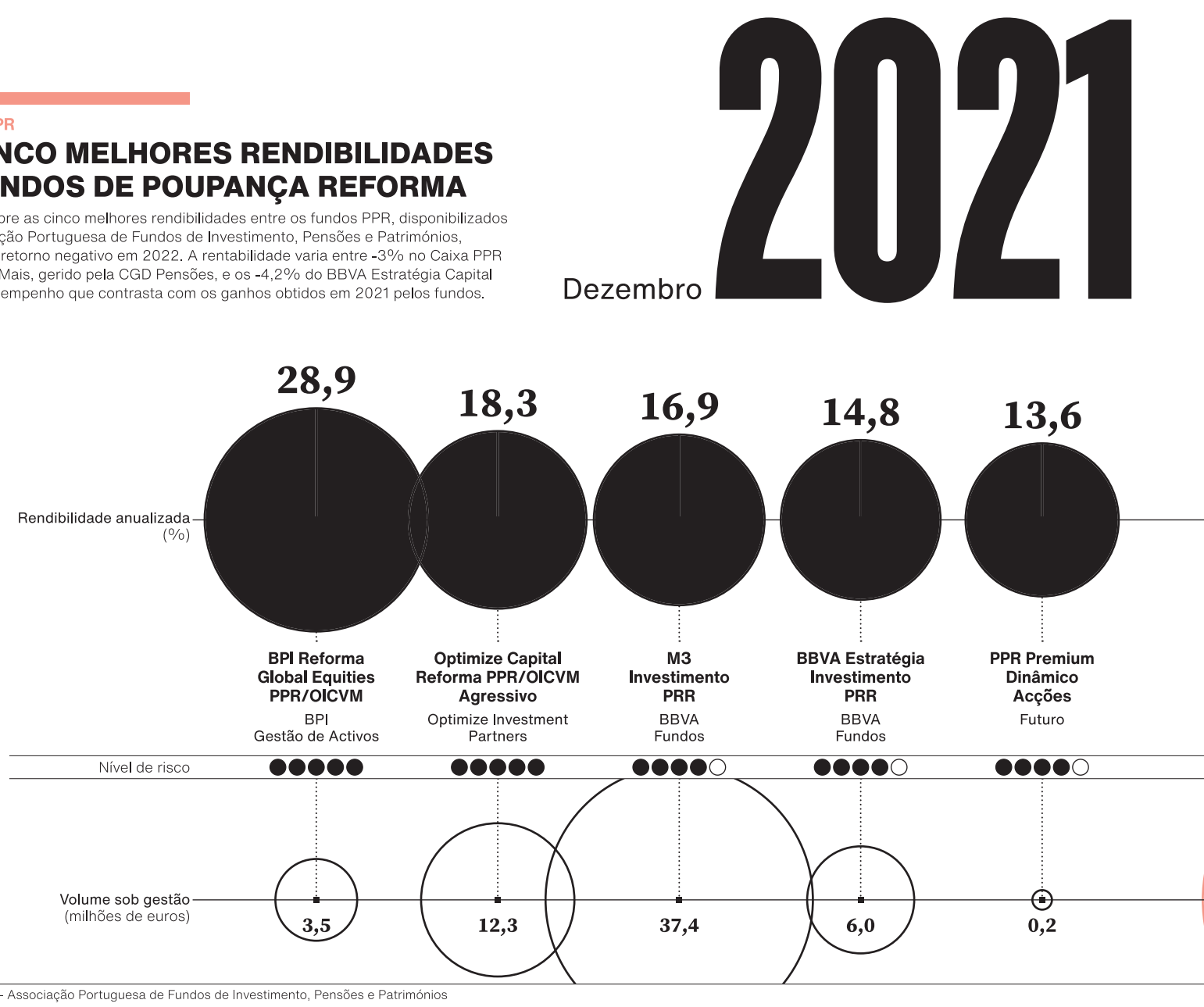
Retorno foi negativo nos fundos PPR

Este impacto ficou à vista no desempenho dos fundos PPR. Os dados sobre as cinco melhores rentabilidades, em dezembro de 2022, disponibilizados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investi-

FUNDOS PPR

AS CINCO MELHORES RENDIBILIDADES DE FUNDOS DE POUPANÇA REFORMA

Os dados sobre as cinco melhores rendibilidades entre os fundos PPR, disponibilizados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, mostram um retorno negativo em 2022. A rentabilidade varia entre -3% no Caixa PPR Rendimento Mais, gerido pela CGD Pensões, e os -4,2% do BBVA Estratégia Capital PPR. Um desempenho que contrasta com os ganhos obtidos em 2021 pelos fundos.



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

PPR
a a reforma

mento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) ao JE, mostram um retorno negativo generalizado. Em primeiro lugar surge o Caixa PPR Rendimento Mais, gerido pela CGD Pensões. Na categoria de risco 2, apresentou uma rentabilidade anualizada negativa de 3%, seguido pelo Bankinter Rendimento PPR/OICVM - Classe B com -3,3%. Já o BBVA Estratégia Capital PPR surge em último neste *ranking*, com um retorno negativo de 4,2%.

Este desempenho contrasta de forma significativa com aquele que se registou em 2021. Nesse ano, a melhor rentabilidade foi registada pelo BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM, na categoria de risco 5, fixando-se nos 28,9%. No caso do Optimize Capital Reforma PPR/OICVM Agressivo, da Optimize Investment Partners, foi de 18,3%, enquanto em quinto lugar ficou o PPR Premium Dinâmico Ações, gerido pela Futuro, empresa do Grupo Montepio, com um retorno de 13,6%.

"Todos os fundos PPR perderam este ano. Sem exceção. Em 2022, os fundos PPR perderam, em média, 11,3%. Houve algumas perdas que chegaram aos 25%", afirma António Ribeiro, da Deco Proteste, notando que "mesmo aqueles fundos mais defensivos, que têm pouco em ações, perderam bastante por causa das obrigações".

As descidas registadas no mercado obrigacionista tiveram um outro impacto: uma possível quebra na rentabilidade dos seguros PPR, a principal opção dos clientes em Portugal. "O que vai acontecer provavelmente é que o rendimento deve ser muito baixo porque os seguros PPR investem sobretudo em obrigações. E as obrigações também foram afetadas. O rendimento deverá andar na esmagadora maioria entre 0% e 1%", estima o especialista em assuntos financeiros, sendo que, em termos reais, será negativo tendo em conta a inflação registada. Ainda assim, é preciso aguardar pela divulgação dos dados para 2022, que, ao contrário dos fundos, só deverão ser conhecidos na primavera.

Isto, refere, deve representar um desempenho "mais baixo do que 2021 porque nesse ano não tínhamos este cenário tão negativo no mercado de obrigações. O mercado mesmo para os seguros piorou bastante porque investem sobretudo em obrigações e as obrigações foram muito penalizadas ao longo de 2022 por causa da subida das taxas de juro. Portanto, é natural que o rendimento dos seguros PPR, que já era baixo em 2021, seja ainda mais baixo em 2022".

De acordo com o economista, "os PPR sob a forma de seguros, garantem, na maior parte dos casos, o capital. A pessoa tem a certeza que pode não ter rendimento, mas pelo menos tem o capital garantido". Uma vez que os "portugueses são muito conservadores" esta acaba por ser a primeira escolha. Em Portugal, cerca de 80% do mercado dos PPR em Portugal é sob a forma de seguro, com capital garantido.

PPR continuam a ser boa opção para poupar

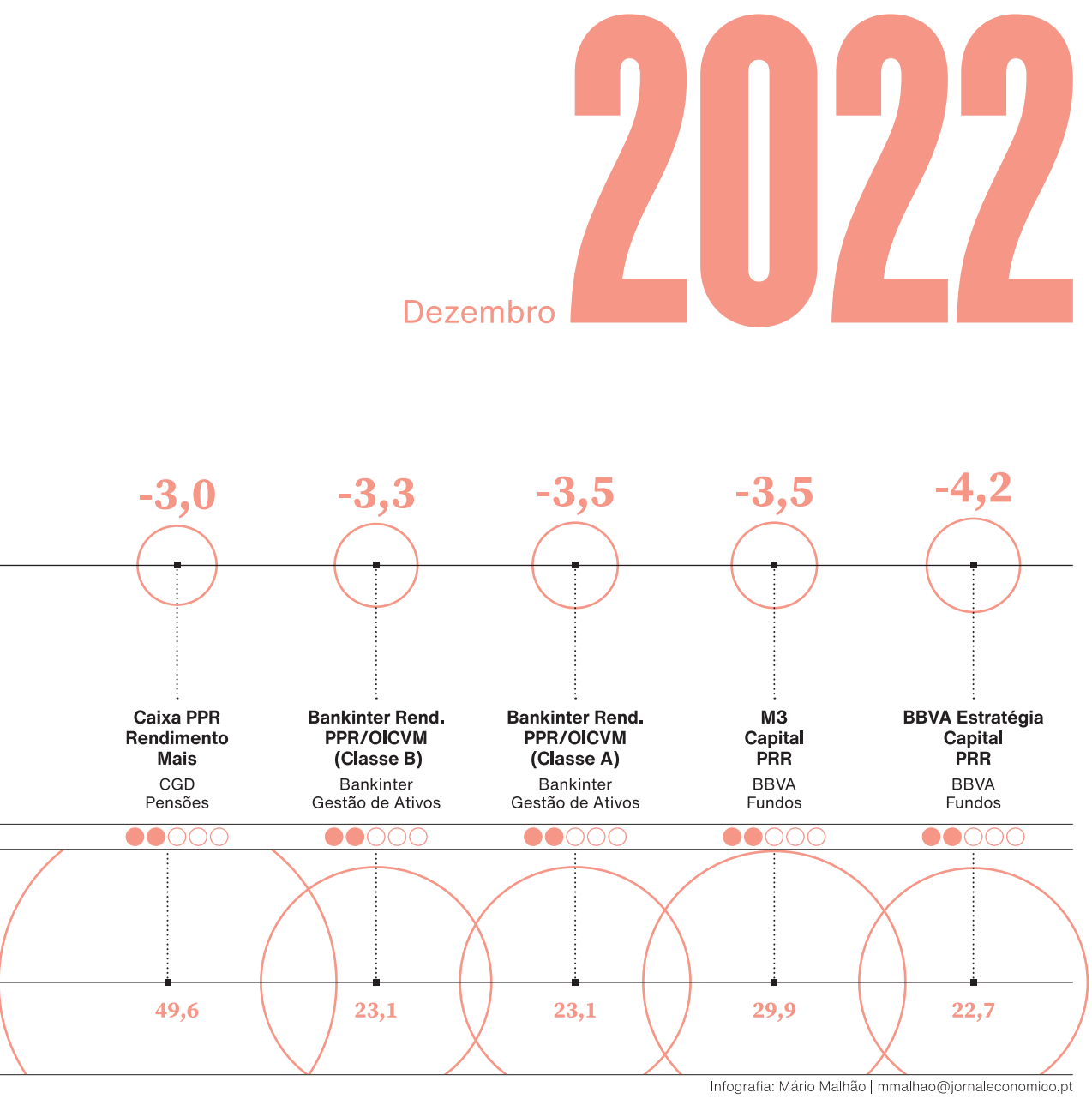
Apesar da quebra registada na rentabilidade dos PPR, no ano passado, continuam a ser um produto de poupança interessante para quem quer preparar-se para a reforma, numa altura em que os mercados estão a dar sinais de recuperação no início deste ano.

"É um produto atrativo", defende António Ribeiro, realçando que "como se trata de uma poupança de longo prazo não podemos só justificar tudo com os anos negativos, porque provavelmente nos noutros anos ganhasse bastante e compensa estas perdas".

O especialista da Deco Proteste também considera que pode compensar mais ter o dinheiro em fundos em vez de seguros. "Mas isto depende da idade da pessoa. Se tiver 20, 30 ou 40 anos é preferível sempre optar por um PPR sob a forma de fundo porque mesmo que haja um ou outro ano de perda ainda tem muito tempo até à reforma. Se já estiver perto da reforma, se chegou aos 60 anos, aí convém transferir e aplicar num seguro PPR porque já está a aproximar-se da reforma e mais vale acautelar aquilo que já acumulou para não correr riscos naquela etapa final", remata.

É, no entanto, necessário promover uma cultura de poupança a pensar no futuro em Portugal. De acordo com um inquérito realizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em parceria com a Universidade do Minho, sobre poupança de longo prazo para a reforma, apenas 43% dos inquiridos disseram poupar para essa altura da sua vida. Os que não poupam apontam como motivo principal o facto de estarem a colocar dinheiro de parte para outros fins de curto e médio prazo, enquanto outros consideram ser cedo para poupar para a reforma.

Ao JE, José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa De Seguradores (APS), afirmou ser necessário apostar em incentivos fiscais no momento da subscrição dos PPR, deixando críticas à medida do Governo que permite que, ao longo deste ano, seja possível resgatar estes planos sem penalização. Já Steven Braekeveldt, CEO do Grupo Ageas Portugal, disse, em entrevista, que isto "é um desastre", pois o Executivo, "em vez de educar as pessoas a poupar para a reforma, está a dizer para usarem o dinheiro que seria para a reforma para solucionar um problema agora". ■



Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

"Todos os fundos PPR perderam este ano. Em 2022, os fundos PPR perderam, em média, 11,3%", diz António Ribeiro, especialista em assuntos financeiros da Deco Proteste

Cristina Bernardo

JE TALKS

Certificados de aforro "estão a atingir o limite máximo"

Mário Carvalho Fernandes alerta para um "patamar máximo" à rendabilidade dos certificados de aforro, que ganharam um novo ânimo com a subida dos juros. Capacidade de poupança dos portugueses ainda está aquém do desejado.

JOÃO SANTOS COSTA
E TOMÁS GONÇALVES PEREIRA
jcosta@medianove.com

O retomar das taxas de juro nominais positivas reforçou a atratividade dos certificados de aforro, considera o Chief Investment Officer do Banco Carregosa, Mário Carvalho Fernandes, mas o limite, alerta, pode estar próximo e a "oportunidade relativa" a esgotar-se. A falta de capacidade de poupança por parte dos portugueses tem raízes históricas, mas a fraca literacia financeira não ajuda.

"Depois de um período de alguma anormalidade com taxas de juro nulas ou negativas em muitos casos, o regresso de taxas de juro nominais positivas volta a atrair a atenção dos aforradores e dos investidores para soluções de investimento que se apropriem dessas taxas de juro, agora mais atrativas", explica o CIO. "Num ambiente de taxas de juro crescentes, e ainda continuamos a falar de taxas de juro em subida, no imediato, os investidores devem procurar, acima de tudo, instrumentos que renovem frequentemente as taxa de juro a que estão investidos."

Mário Carvalho Fernandes admite que as taxas e os certificados de aforro cumprem esse desígnio e que têm, de facto, nos últimos meses, estado com um enquadramento "bastante benéfico para a sua atratividade", com a subida das taxas de referência. Mas por um lado, o especialista alerta que os instrumentos "estão a atingir o seu limite máximo".

Os certificados de aforro têm um patamar máximo para a taxa de juro, e como esclarece Fernandes, "caso as taxas de juro continuem a subir mais um pouco, os certificados de aforro vão perder alguma oportunidade relativa e, por outro lado, se vier a acontecer aquilo que o mercado espera das taxas de juro ao longo de um semestre, e no próximo ano começarem a infletir, as próprias taxas de juro de referência e os certificados de aforro também vão começar a fazer *reset* a níveis cada vez mais baixos".

Algures neste período, acrescenta, será "importante para os investidores" começar a avaliar investimentos alternativos que tirem proveito das taxas mais altas durante mais algum tempo.

É que os certificados de aforro vêem as suas taxas renovadas trimestralmente. O responsável do Banco Carregosa antecipa que as atenções se comecem a virar para "carteiras de obrigações de taxa fixa com prazos de três, cinco anos que começam a ser atrativas para os aforradores, nomeadamente aqueles que têm um património um pouco mais avultado e que podem balancear um pouco a sua carteira".

Tv

A peça pode ser vista no JETV, a plataforma multimédia do Jornal Económico

Será "importante para os investidores" começar a avaliar investimentos alternativos que tirem proveito das taxas mais altas durante mais algum tempo, diz o CIO do Banco Carregosa

Tempestade perfeita

A falta de hábito de poupança por parte dos portugueses "poderá derivar muito da história", considera o mesmo. Em primeiro lugar, para se ter poupança "é necessário ter um rendimento disponível que cubra as necessidades correntes e ainda sobre algum rendimento que se possa colocar lá". E historicamente isso nem sempre foi possível na sociedade portuguesa, pelo menos para a larga maioria das pessoas. "Quando nas últimas décadas começou a haver alguma capacidade de criar algum fôlego muita dessa capacidade acabou por ser dirigida para resolver um outro problema que as famílias também sentiam, que era a questão da habitação", explica.

"E, portanto, essa capacidade de poupança muitas das vezes foi traduzida na construção de um património em tijolo e não tanto num património constituído por ativos financeiros", diz.

"Diria que faz parte do desenvolvimento da sociedade suprimir essas suas necessidades mais essenciais e só depois poderá começar a constituir uma poupança traduzida num património financeiro, algo que vai automaticamente alimentar a procura das pessoas e das famílias por uma maior literacia financeira", acrescenta.

Ainda sobre a repentina e repetida subida das taxas de juro, Mário Carvalho Fernandes alerta que se pode estar perante "uma tempestade perfeita de crédito à habitação", desde logo que porque o sector bancário "está sempre exposto a esta atividade", sobretudo no mercado português, onde a maioria da população está "mais exposta ao crédito indexado a taxas de juro variáveis". ■

PRODUTO INDIVIDUAL DE REFORMA PAN-EUROPEU (PEPP)

"PPR europeu" vai estimular poupança e permitir retornos mais atrativos

Presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS), José Galamba de Oliveira, vê os seguros PPR "tradicionais" a ganharem mais espaço. Sector continua a aguardar regulamentação do PEPP, o novo "PPR europeu".

FILIPE ALVES
falves@medianove.com

A subida das taxas de juro deverá abrir caminho ao surgimento de novos seguros PPR com garantias de capital e uma componente de participação nos resultados, num ano de 2023 que, em termos gerais, deverá ser marcado por forte incerteza em relação à evolução da economia e dos mercados financeiros, disse ao Jornal Económico o presidente da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), João Galamba de Oliveira.

"Face a toda a incerteza económica, financeira e geopolítica, é muito complicado fazer projeções de como os mercados financeiros vão evoluir em 2023, começou por referir o presidente da associação que representa as seguradoras portuguesas, para de seguida acrescentar: "em todo o caso, no que respeita às rentabilidades de produtos Seguros PPR ligados a fundos de investimentos, esperamos que o seu comportamento acompanhe, genericamente, a evolução dos mercados financeiros".

"Já no que respeita aos Seguros PPR "tradicionais" - com garantias de capital e/ou taxa e com uma componente de participação nos resultados -, espera-se que, com a subida das taxas de juro, venham, paulatinamente, a ganhar mais espaço na oferta das seguradoras. Pela sua natureza mais conservadora, estes produtos poderão não acompanhar integralmente uma eventual evolução positiva dos mercados, mas, em contrapartida, em cenários mais negativos oferecem aos clientes garantias de capital e/ou taxa", defendeu Galamba de Oliveira.

João Galamba de Oliveira
Presidente da APS

Seguradoras continuam a aguardar regras do "PPR europeu"

A APS espera que a atual conjuntura permita avançar com um novo produto de poupança para a reforma europeu (PEPP). A legislação relativa a este produto foi aprovada em março do ano passado, mas continua a aguardar a regulamentação pelo Governo.

"Neste contexto, a APS gostaria de deixar nota acerca da expectativa que o sector segurador tem, de ver aprovadas regras para lançamento de um novo produto europeu de poupança para a reforma (PEPP) que, se incluir um enquadramento fiscal interessante, associado a uma menor liquidez do que a que tem atualmente os PPR, podem não só estimular essa poupança como fazer surgir uma oferta mais interessante em termos de rentabilidade destes produtos", frisou o presidente da APS.

O exemplo dos PPR, que foram criados durante o mandato de Miguel Cadilhe como ministro das Finanças, tem sido apontado pelo sector como caminho a seguir no lançamento do PEPP.

Os PPR gozaram de significativos incentivos fiscais no seu arranque, mas vários responsáveis do sector têm notado que, com o passar dos anos, estes produtos deixaram de ter incentivos à entrada, para passarem a ter à saída, o que fez com que deixassem de ser encarados pelos aforradores como produtos a manter no lógica de longo prazo.

Já o PEPP poderá ser uma oportunidade para que exista de facto um produto de poupança para a reforma que seja encarado pelos portugueses como um produto de longo prazo, a manter até à idade da reforma. ■

PUB

FÓRUM

2023 será um ano incerto, mas traz oportunidades

Após as fortes quedas verificadas em 2022, os gestores ouvidos pelo Jornal Económico antecipam um ano que, apesar de incerto, trará oportunidades nos diferentes tipos de PPR.

O que esperam em termos de rentabilidade dos Planos Poupança Reforma (PPR) em 2023?

CARLOS PINTO
Gestor da Optimize

PEDRO LINO
Gestor da Optimize

2022 foi um ano muito negativo para a generalidade das classes de ativos. Até os portfólios diversificados, como por exemplo os denominados 60/40, não conseguiram minimizar a volatilidade, com as ações e as obrigações a registarem quedas de dois dígitos em reação ao maior ritmo de subida das taxas de juro de sempre por parte dos Bancos Centrais. Deste modo, num ano em que se perspetiva que as taxas de juro estão próximas do ponto de inversão e as ações já descontam uma recessão moderada nas economias avançadas, os portfólios com uma boa componente de obrigações de elevada qualidade já permitem oferecer uma rendibilidade atrativa e, ao mesmo tempo, mitigar uma maior volatilidade das ações.
Não obstante anteciparmos um ano volátil na classe acionista, consideramos que o atual ponto de entrada é interessante tendo em conta as valorizações de início do ano excessivamente castigadas para o que se perspetiva de um abrandamento moderado da economia. Posto isto, os portfólios 60/40 com uma abordagem flexível surgem novamente como uma estratégia recomendável para o ciclo económico que se aproxima, em que permite aproveitar do maior potencial de recuperação da classe acionista e a maior segurança da classe obrigacionista, especialmente as obrigações de elevada qualidade de média duração.

Quais as suas expetativas para a evolução dos mercados financeiros este ano?

PAULO ROSA
Economista
sénior do Banco Carregosa

O atual contexto macroeconómico tem sido caraterizado pelo abrandamento da inflação, associado a uma gradual melhoria do crescimento económico. É certo que a diminuição das dificuldades nas cadeias de abastecimento tem influenciado a melhoria do lado da oferta, permitindo um maior crescimento económico e uma descida da inflação, sendo este o cenário mais favorável para a valorização das ações, algo que tem sido observado desde o início de outubro de 2022. Também o mercado de dívida *corporate*, mais influenciado pelo risco de crédito, tende a desempenhar melhor num ambiente de crescimento. Todavia, a política monetária energicamente restritiva, encetada o ano passado pelos principais bancos centrais para travar a inflação mais elevada das últimas décadas, ameaça o crescimento económico. As taxas de juro mais elevadas penalizam também os refinanciamentos às famílias e empresas mais endividadas, à medida que se atualizam os juros na renovação dos seus empréstimos. Em Portugal a atualização da Euribor dos créditos à habitação penaliza consideravelmente o rendimento disponível das famílias.
Também a procura, ainda resiliente, em grande parte impulsionada pelas poupanças resultantes dos confinamentos da pandemia, tende a desaparecer, consumida pela alta dos juros que deteriora gradualmente o rendimento disponível. À medida que os juros se mantêm elevados, cresce também a probabilidade não apenas de uma recessão, mas de quão profunda esta poderá ser. O declive negativo das curvas de rendimentos quer nos EUA, quer na Zona Euro, indiciam uma contração económica. Em caso de recessão, a inflação poderia descer ainda mais. Este cenário de baixa inflação e de recessão económica, desfavorável para o mercado acionista, seria no entanto favorável para as obrigações soberanas.

O que espera em termos de rentabilidade dos Planos de Poupança Reforma (PPR) em 2023?

JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA
Presidente da Associação
Portuguesa de Seguradores (APS)

Tendo em conta a questão colocada, e uma vez que os resultados de 2022 ainda vão ser divulgados pela ASF, dentro de poucos meses, é incontornável que se faça alguma futurologia para 2023:

1. Face a toda a incerteza económica, financeira e geopolítica, é muito complicado fazer projeções de como os mercados financeiros vão evoluir em 2023;

2. Em todo o caso, no que respeita às rentabilidades de produtos Seguros PPR ligados a fundos de investimentos, esperamos que o seu comportamento acompanhe, genericamente, a evolução dos mercados financeiros;

3. Já no que respeita aos Seguros PPR "tradicionais" (com garantias de capital e/ou taxa e com uma componente de participação nos resultados), espera-se que, com a subida das taxas de juro, venham, paulatinamente, a ganhar mais espaço na oferta das seguradoras. Pela sua natureza mais conservadora, estes produtos poderão não acompanhar integralmente uma eventual evolução positiva dos mercados, mas, em contrapartida, em cenários mais negativos oferecem aos clientes garantias de capital e/ou taxa.

iStock

Breves

Primeiro "PPR europeu" foi lançado na Eslováquia em setembro

O primeiro Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP) foi lançado recentemente na Eslováquia, pela *wealthtech* Finax, noticiou a revista "Funds People". Estes produtos foram criados por lei em março do ano passado, mas continuam a aguardar a regulamentação nacional pelos governos de Portugal e de outros países europeus. Tanto a APS como a APFIPP pedem incentivos fiscais para os PEPP.

Zona euro deverá escapar à recessão este ano, prevê Goldman Sachs

O banco de investimento Goldman Sachs anunciou esta quinta-feira que espera que a zona euro escape à recessão em 2023, contriando as previsões mais pessimistas dos úlltimos meses. O Goldman prevê um crescimento de 0,7% em 2023, mais 1 ponto percentual do que na anterior previsão. Espera ainda que o Banco Central Europeu suba as taxas em 50 pontos base na reunião de fevereiro.

PUB

1833
BANCO CARREGOSA

Cada cliente tem a sua história.
Mas o final é sempre o esperado.

Em mais de 180 anos de história já fizemos parte de muitas histórias. Desde contos que ainda se contavam em contos de reis, até clientes que são os reis do investimento certo em Euros. Mas em todas elas há sempre um ponto em comum. **Terminam sempre com um cliente satisfeito, informado e valorizado, e nós com um depósito de algo ainda maior que os seus bens: a sua confiança.**

Referência em serviços de Wealth Management, o Banco Carregosa oferece-lhe uma solução verdadeiramente personalizada e diferenciadora, regida imaculadamente por valores como a segurança, independência e credibilidade.

Para saber mais, fale connosco. Somos um livro aberto.

www.bancocarregosa.com | info@bancocarregosa.com

PUB

O Jornal Económico não mudou,

O conhecimento de sempre,
agora com uma experiência de leitor
personalizada, edição diária digital
e convergência de formatos.

transformou-se.

Descubra a melhor forma
de estar informado
em **jornaleconomico.pt**

O conhecimento transforma.